

Gênero e mobilização social: participação feminina na Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

*Gender and social mobilization:
female participation on the Lesbians, Gays,
Bisexuals and Transgenders Pride Parade*

Jaques Gomes de Jesus

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,
do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília
Mestre em Psicologia
jaques@unb.br*

Ana Lúcia Galinkin

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,
do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília
anagalinkin@uol.com.br*

12

Resumo

Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) são eventos de ordem política para a população LGBT. Em uma conjuntura social que associa poder e controle à masculinidade, observamos que mesmo nas paradas do orgulho há questões de gênero. O presente estudo objetiva investigar a participação de mulheres nas paradas, com foco na complexidade identitária de dois grupos: lésbicas e heterossexuais, em termos de seu envolvimento enquanto organizadoras ou participantes. Foram entrevistadas cinco mulheres, cujos discursos foram analisados por meio de leitura crítica (GILL, 2003). Concluiu-se que a participação feminina é diversificada, com destaque às paradas especificamente lésbicas, que visam uma afirmação diferenciada das paradas LGBT, sendo observadas diferenças de percepção entre organizadoras e participantes das paradas quanto à realização desse evento, ao discurso político, ao preconceito e à discriminação.

Palavras-chave: Paradas. LGBT. Orientação sexual. Gênero. Participação.

Abstract

Lesbians, Gays, Bisexuals and Transgenders (LGBT) pride parades are events of political order to LGBT population. At a social juncture in which power and control are related to masculinity, we observe that even in the pride parades there are gender relations problems. The present study aims to investigate women participation in the parades, focusing on the identitarian complexity of two groups: lesbians and heterosexuals, in terms of their involvement as organizers or participants. There were 5 (five) interviewed women, whose discourses were analysed by means of critic lecture (GILL, 2003). It was concluded that the female participation is diversified, headlined by the lesbian parades, viewed to a different affirmation of the LGBT parades; they were observed differences of perception between organizers and participants about making, political discourse, prejudice and discrimination in the parades.

Keywords: Parades. LGBT. Sexual orientation. Gender. Participation.

As Paradas do Orgulho LGBTT

Partindo do pressuposto de que as Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), apesar de serem manifestações contra elementos discriminatórios do *status quo*, também fazem parte dessa sociedade e podem reproduzir mecanismos de poder e controle, além de leituras da realidade, em que o ponto de vista masculino seja privilegiado, a pesquisa apresentada neste artigo, parte da tese de doutorado sobre política e carnavalização nas Paradas do Orgulho LGBT, objetiva investigar especificamente questões de gênero envolvidas na forma de participação de um grupo de mulheres nesse evento, a partir de seus pontos de vista, buscando identificar particularidades entre aquelas que apenas observam as paradas e as que as organizam.

As paradas são articulações sociais representativas da racionalidade das manifestações de massa, conforme apregoadado por Surowiecki (2004), dado serem frutos da organização de longo prazo efetuada por grupos de defesa dos direitos humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. Constituem-se enquanto movimento social relativamente estável e coeso, face à variedade de instituições e identidades de grupo que o compõem. Inscrevem-se, ainda, no modelo que Gohn (1991) define como sendo dos novos movimentos sociais, por não estarem vinculados a partidos políticos organizados, sindicatos ou governos.

A mobilização pública de LGBT é anterior às paradas, tanto que se deve ressaltar o fato histórico de haver lutas pela liberdade de orientação sexual antes das primeiras paradas realizadas nos Estados Unidos em 1970, como as homenagens à revolta de frequentadores de um bar gay em Nova Iorque, o Stonewall, em 28 de junho de 1969, contra a repressão policial. Segundo Trevisan (2006), a primeira manifestação pública realizada no Brasil pelos direitos de homossexuais ocorreu em 13 de junho de 1980, uma passeata contra a homofobia policial em São Paulo. Outra parada, realizada no Rio de Janeiro em 28 de junho de 1995 para denunciar a discriminação contra LGBT e estimular práticas sexuais seguras frente à epidemia da AIDS, teve maior visibilidade.

Em uma sociedade como a brasileira, historicamente homofóbica, a homo/bissexualidade é comumente estigmatizada, sendo que aquilo que a diferencia da heterossexualidade é considerado “um atributo profundamente depreciativo, uma categorização social que desqualifica as pessoas ou grupos, desabilitando-os para um convívio social pleno” (GOFFMAN, 1988; GALINKIN, 2003). Há, portanto, um obstáculo para a participação plena de

LGBT como cidadãos com iguais direitos, o que implica assimetria de poder, sendo imputadas diversas discriminações às pessoas identificadas como membros desse grupo, o que as torna vítimas, muitas vezes, de agressões de ordem física e psicossocial (MOTT, 1996, 1999, 2000, 2001; JESUS, 2003).

Nesse contexto, ser LGBT é estar invisibilizado, no sentido de que a população não reconhece a normalidade da vivência sexual-afetiva não hegemônica, estereotipando-a dentro de categorias extremamente limitantes. Assim, o movimento social organizado por meio das Paradas do Orgulho LGBT objetiva reclamar das autoridades públicas garantias para a igualdade de oportunidades e de direitos, bem como mostrar à população a pluralidade identitária de LGBT como parte de um cotidiano e de uma normalidade que ainda não é reconhecida como tal. Há nessa mobilização e exposição por meio das paradas uma busca por legalidade e legitimidade que, por seu modo festivo de se apresentar, muitas vezes leva a uma sugestão de que esses eventos são “carnavais” fora de época.

Carnavalização e as paradas

Analisamos o aspecto de carnavalização das Paradas do Orgulho LGBT tendo como referência a discussão de Da Matta sobre o carnaval e as paradas militares. Ao estudar os fenômenos sociais constituintes da identidade brasileira, Da Matta (1991) questiona por que o carnaval, festa da inversão, é exportado a outros países como importante fator da nacionalidade brasileira, defendendo que os brasileiros valorizam mais a comunidade (comunitas) do que a estrutura.

Retomando o conceito bakhtiniano da carnavalização (BAKHTIN, 1987), Da Matta aponta o carnaval brasileiro como um momento de catástrofe controlada, em que, por um tempo determinado, há uma inversão dos papéis sociais, raciais e sexuais estabelecidos. Ao expor, por meio de fantasias, os tipos sociais de dentro do sistema (e.g., “caxias”, membros da aristocracia), os marginais (e.g., malandros) e os párias (e.g., mendigos, presidiários), os carnavalescos não necessariamente reclamam revoluções ou mudanças sociais. O carnaval participa da normalidade no sentido de possibilitar uma mudança temporária de papéis que reforça, no resto do ano, a permanência do *status quo*, da vida cotidiana (DA MATTA, 1983, 1986, 1991).

Aprofundando o conceito de carnavalização, Da Matta (1983) encontra semelhanças e diferenças entre o carnaval e a parada militar, ao

postular que o carnaval é uma festa popular consagradora da desordem, enquanto as paradas militares – tanto quanto as procissões religiosas – são festas controladas por instituições que comemoram a ordem. Ambas se constituem como teatralizações, podendo ser definidas como festas porque são “momentos extraordinários marcados pela alegria e por valores que são considerados altamente positivos” (DA MATTA, 1983, p. 40).

Já as Paradas do Orgulho LGBT se definem como passeatas reivindicatórias por direitos iguais, questionando a ordem vigente na medida em que esta exclui as pessoas com sexualidades não hegemônicas, entretanto reforçam a ordem, visto que buscam nela se integrar. Objetivam, dessa forma, a normatização de sua participação social. Enquanto passeatas, têm um caráter político reivindicatório; como desfiles “carnavalescos”, dramatizam e exacerbam as diferenças internas entre os LGBT e em relação à população em geral.

Caracterizam-se pela movimentação em desfile, animada por personagens variados, fantasiados ou não, um fundo musical, preferencialmente o estilo *techno*, assumindo uma carnavalização, bem como por um discurso voltado para o reconhecimento dessa pluralidade humana dentro da ordem social, que até então a marginaliza ou exclui.

No Brasil, tais eventos têm encontrado forte ressonância e estimulado a participação de pessoas identificadas com seus propósitos ou que reconhecem seus direitos, de tal modo que desde o ano de 2004 a parada realizada na cidade de São Paulo é considerada a maior do mundo e uma das maiores mobilizações populares brasileiras, atraindo milhões de pessoas.

Salienta Da Matta (1986) que as aberturas carnavalescas expõem situações que cotidianamente não são visíveis, como a homossexualidade. A festa apresenta questões comunitárias, fala de relações pessoais, e não estruturais. Historicamente, o carnaval tem sido, para a população LGBT, um espaço transitório de afirmação de sua identidade, geralmente defensivo, em que ser homossexual não é de todo aceito pela sociedade, sequer completamente assumido por LGBT, porém tolerado dentro de certos parâmetros estereotipados (GREEN, 2000). As paradas LGBT se aproximam do carnaval – visto que o caráter carnavalesco, no Brasil, possibilita visibilizar os socialmente invisibilizados na comunidade – e dos movimentos políticos realizados no período de ditadura militar, em função de seu caráter político.

Portanto, a carnavalização é, no contexto das paradas LGBT brasileiras, um elemento fundamental para constituí-las em espaços transitórios de visibilidade das diversas identidades. Essa questão de uso dos

espaços remete à discussão sobre territórios, traduzindo-se, nas Paradas do Orgulho, na escolha de determinados locais como aqueles onde ocorrem as paradas, a exemplo da Avenida Paulista, em São Paulo, entre outros.

Paradas e territorialidade

A questão do uso do território é crucial para compreender a lógica social e identitária das paradas LGBT, seus participantes e observadores, afinal, é Milton Santos (2007) quem ensina que, no mundo globalizado, a localização das ações está diretamente relacionada com a sua eficácia. Dessa forma, não é por acaso que os atores sociais com poder se colocam nos melhores territórios, em detrimento dos demais, porque “os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade” (SANTOS, 2007, p. 79), ou seja, é o dinheiro que conforma a fluidez do território aos interesses das elites conformadas. Como apontam Elias e Scotson (2000), o território ocupado por um sujeito é indicativo do estigma que ele sofre ou não por estar ali, pois o território pode ser estigmatizado como aquele ocupado por tais pessoas.

Como observa Galinkin (2003), o contágio social do estigma não se limita às pessoas em contato com os estigmatizados, mas se estende para a área física por eles ocupada, transferindo o descrédito e a depreciação às outras pessoas que ali vivem ou transitam.

Há diferentes paradigmas quanto à delimitação da identidade e do território homo/bissexual e à inserção do grupo na sociedade. O território é “um campo de forças sociais em contato e em oposição, onde emergem alteridades e são estabelecidas relações sociais internas entre os ocupantes e entre estes e a sociedade circundante [...], um espaço vital onde as pessoas desenvolvem um estilo de vida e ideias sobre sua apropriação, transformando-o em um campo de representações simbólicas onde são realizados projetos individuais e coletivos” (LOBATO, 1995; LOPES DE SOUZA, 1995 *apud* GALINKIN, 2003, p. 156).

As paradas se tornam esse espaço vital para os LGBT, apesar de inseridas em uma realidade que dificulta o pleno gozo da cidadania e a valorização de seus direitos sexuais e civis. Dados apresentados por Facchini, França e Venturi (2007) demonstram, quanto à participação política, a existência de um hiato entre opiniões progressivas e conhecimento de instrumentos legais com relação às demandas da população LGBT: dentre os participantes da parada de 2006 em São Paulo vítimas de alguma agressão homofóbica, apenas 1% a denunciou a grupos de defesa dos direitos de LGBT.

Isso vem se somar aos dados de uma pesquisa quanto à violência contra LGBT no Distrito Federal e entorno, na qual se constata que apenas 3% desses casos de violência são registrados em delegacias (JESUS, 2003).

As Paradas do Orgulho LGBT são o exemplo de que a ocupação de territórios – barulhenta, ruidosa – ultrapassa a barreira da mera visibilidade, podendo representar a conquista de direitos fundamentais para a minoria ativa e a transformação dos horizontes ideológicos da maioria silenciosa. A exemplo de outras organizações sociais, o movimento LGBT utiliza as paradas como mecanismos para propagar e dar importância aos seus valores, apesar dos estigmas associados à comunidade por ele defendida – da mesma forma como, na visão de Comparato (2001), faz o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual é um ator político, independente de obstáculos práticos e de uma opinião pública favorável à reforma agrária, porém pouco afeita a agir no sentido de concretizá-la.

Ramos (2005) considera as paradas o mais importante acontecimento relacionado à construção de representações da homossexualidade, seguido das legislações que ampliam os direitos de LGBT; do aumento no número de espaços físicos (bares, boates, revistas, livrarias etc.) e virtuais (*sítes*) voltados à denominada “cultura gay” (PEREIRA, 2004), a qual disponibiliza para a sociedade tanto a chance de uma pluralização lúdica das possibilidades identitárias quanto um “modo de vida gay” independente da orientação sexual dos sujeitos; e da criação de novas entidades de defesa.

Questões de gênero e as paradas

Como aponta Gailey (1987 *apud* STREY, 2002), os mecanismos da sociedade associam o poder e o controle social à masculinidade. Essa visão descende da criação de símbolos que visam prover leituras da realidade em que o ponto de vista masculino seja privilegiado, tendo, os tanto homens quanto as mulheres, seus significados identitários concebidos de forma unilateral (SCOTT, 1995). Nessa conjuntura, profundamente marcada pela atuação masculina e pela representação do masculino como referência, é provável que mesmo as Paradas do Orgulho LGBT sejam dominadas pela visão masculinizada entre os homens (homossexuais ou não) em detrimento da visão das mulheres bissexuais, heterossexuais, lésbicas ou transexuais.

Apesar de serem diferentes, a identidade de gênero e a sexualidade são conceitos que mantêm relações íntimas e interdependentes, tanto no senso comum quanto em alguns setores acadêmicos – conforme observa Butler

(1999) –, o que aumenta a possibilidade de questões de gênero se interporem no contexto da mobilização feminina em um evento como a parada.

Determinados fatores antecedentes podem interferir na razão e no modo de participar das mulheres, como indica Facchini (2004), cujo estudo demonstra que as mulheres homossexuais são invisíveis quando sua sexualidade precisa ser tratada no ambiente público. Cerca de metade delas não identifica sua orientação sexual para ginecologistas, comportamento que pode acarretar dificuldades assistenciais à sua saúde. De certa forma, observa-se aqui a articulação do dispositivo de poder e de saber sobre o corpo teorizado por Foucault (1985), porque o conhecimento e o poder do profissional médico, um conhecimento heteronormatizado, impõe-se inadequadamente sobre um corpo homoafetivo.

É válido lembrar que mesmo as lutas feministas clássicas relegaram as mulheres lésbicas à invisibilidade de suas identidades (NAVARRO-SWAIN, 2000), o que maximiza a percepção de uma lógica generalizada de silenciamento decorrente do cruzamento de identidades não hegemônicas de gênero e de orientação sexual. É necessário ressaltar que mulheres bissexuais, lésbicas e transexuais brasileiras têm articulado movimentos próprios, expondo as particularidades de suas identidades no contexto da diversidade LGBT.

Nesse contexto, como se dá a participação das mulheres? São protagonistas na realização das paradas ou apenas espectadoras? Como essa participação ativa é percebida por elas? Como elas se mobilizam para lidar com as questões que as tocam especificamente durante esses eventos? Há uma uniformidade ou diferença dessa percepção entre mulheres que organizam e mulheres que participam? No presente texto, propomo-nos a discutir o papel e o lugar da mulher no cenário das Paradas do Orgulho LGBT.

A luta das mulheres por visibilidade é uma constante independentemente da identidade grupal e da configuração do movimento social, como demonstra Tsibodowapré (2006), ao relatar a mobilização individual e coletiva de mulheres indígenas que persistem, enquanto lideranças comunitárias, no combate pelo fortalecimento dos direitos culturais, religiosos e políticos das nações indígenas, apesar de experiências que ameaçam desestabilizá-las. Essa vivência pode ser compartilhada por mulheres vivendo em outras realidades.

Ante ao acima exposto, a presente pesquisa, de caráter exploratório, objetiva estudar questões de gênero, no que tange à participação de mulheres homossexuais e heterossexuais que atuam como organizadoras e/ou participantes da manifestação que busca dar visibilidade à população LGBT: as

Paradas do Orgulho, eventos de ordem política que visam massificar a percepção social acerca da presença e da diversidade interna da população LGBT.

Método

Sujeitos

Foram sujeitos desta pesquisa cinco mulheres que participam de Paradas do Orgulho LGBT, com maior ou menor grau de envolvimento na organização do evento: três homossexuais e duas heterossexuais, dentre as quais quatro participantes e uma organizadora. Com relação à escolaridade: uma completou o ensino superior, uma está cursando o ensino superior, duas completaram o ensino médio e uma o está cursando. Quanto à religião: três não seguem uma religião, uma se declara católica e uma, espírita. No quesito cor/raça, uma se declara negra de cor preta; duas, negras de cor parda; e duas, brancas.

Instrumentos e procedimentos

A pesquisa foi realizada na cidade de Brasília, durante o primeiro semestre de 2007, e privilegiou métodos interrogativos que possibilitam identificar elementos constitutivos das percepções das entrevistadas. Por métodos interrogativos, Abric (2001) entende entrevistas em profundidade, questionários, pranchas indutoras de discussões por meio de desenhos ilustrativos dos temas, produção de desenhos pelos sujeitos e pesquisas de cunho etnográfico, como observação participante, coleta de informações na comunidade por meio da construção de redes, análise histórica e observação do comportamento.

Para esta pesquisa em particular, optou-se pela realização de entrevistas individuais semiestruturadas, com roteiro formado por questões abertas relacionadas ao tema da participação feminina nas paradas, sentimentos em relação a essa participação, dificuldades encontradas, concepções e sentimentos relacionados à dinâmica da parada.

As entrevistas foram conduzidas de modo a centrar-se na pessoa entrevistada, privilegiando suas falas e aprofundamentos, procurando reformular as questões de acordo com o desenvolvimento da conversação e estimulando a entrevistada com relação ao tema discutido. Foram gravadas em arquivo eletrônico MP3, resultando em um total de duas horas e trinta minutos de gravações.

Análise dos dados

A análise do discurso das entrevistadas se pautou pela leitura crítica proposta por Gill (2003), caracterizada pelo ceticismo, entendido simplesmente como a “suspensão da crença naquilo que é dito como algo dado” (GILL, 2003, p. 252), atitude típica da práxis antropológica de “tornar o familiar estranho”, sendo necessário questionar os pressupostos individuais e o modo como nós, os leitores, costumamos dar sentido às coisas.

Nesse paradigma, a fala somente tem sentido dentro de uma moldura que chamamos de contexto, mesmo que esse seja fictício. Essas falas só existem porque são vozes da sociedade, o discurso não é algo que a linguagem faça isoladamente, é uma atividade política (MEY, 2001). Quando é citada aqui a análise do discurso, implicitamente se adota uma postura política ante as falas das entrevistadas, seus discursos, os quais passam a ser “lidos” em intercâmbio indissociável com o contexto em que são produzidos, com o significado das experiências relatadas, com a relação que acontece entre as participantes das Paradas do Orgulho LGBT, seus papéis, com o próprio significado da fala; daí entender os usos da linguagem enquanto formas de prática social (HALLIDAY; HASAN, 1989; GHIO; FERNÁNDEZ, 2005; SCHIFFRIN, 1994). Nas palavras de Hall (2005, p. 40), citando o linguista Saussure, “a língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós”.

A leitura crítica articula a fala com o contexto vivido, não produz generalização, não busca universais, o que ela procura é entender a circunstância dos contextos específicos. São dois os passos para se ler criticamente: formular as questões iniciais de pesquisa e escolher os discursos a serem analisados. A questão central desta pesquisa é a seguinte:

De que modo mulheres percebem a participação feminina nas Paradas do Orgulho LGBT?

Resultados e discussão

Entrevistada A

A entrevistada A é homossexual, negra de cor parda, não segue uma religião e é pós-graduada. Ela não é organizadora de Paradas do Orgulho LGBT, porém participa e apoia diretamente por meio de seu trabalho militante e da articulação de apoios junto a um gabinete parlamentar distrital que ela assessora.

Para ela, é um ponto de destaque a presença dos homossexuais masculinos na organização das paradas, o que lhes conferiu grande visibilidade, em contraponto às homossexuais femininas: “Sempre foi mais forte a presença dos gays”.

A considera que, “por outro lado, talvez por falta de manifestação das lésbicas”, decorreu uma separação entre os homossexuais masculinos e femininos na realização do evento, o que redundou na necessidade de criação de paradas lésbicas. Isso denota uma divisão do movimento LGBT, apesar de sofrerem as mesmas vedações e buscarem os mesmos objetivos. A entrevistada responsabiliza, em parte, as próprias mulheres por essa situação, visto que “deixaram as coisas muito na mão dos meninos, dos gays”, o que acabou excluindo as mulheres nas paradas de todo o Brasil no que tange à sua visibilidade social. A primeira imagem que costuma “vir à mente” de homossexuais e heterossexuais, quando se fala do evento, não é jamais de mulheres, mas de homens, o que torna a parada LGBT exclusivamente gay, masculina, para a sociedade de forma geral.

Apesar dessa leitura, A julga que as homossexuais femininas têm mudado esse contexto a partir de um movimento das próprias lésbicas, “de que até dentro do movimento gay haja um reconhecimento dos direitos das lésbicas”. Elas organizam uma parada especificamente lésbica e buscam participar cada vez mais da parada LGBT.

Entrevistada B

A entrevistada B é heterossexual, negra de cor parda, católica e está cursando o ensino médio. Ela não é organizadora de Paradas do Orgulho LGBT, porém participa e acompanha os trabalhos de seu pai, que é homem transexual (mulher biológica com identidade masculina) e organiza paradas em uma localidade brasileira.

B encontra dificuldades em detalhar sua percepção acerca da participação de mulheres na parada, declara ver mais homens do que mulheres, acha que tanto homens como mulheres veem as paradas de modo semelhante.

Dados de Facchini, França e Venturi (2007) indicam que metade dos participantes da parada de São Paulo no ano de 2006 tinha identidade de gênero feminina. Isso nos sugere que, ao notar que mais homens do que mulheres participam da parada, B nos mostra a menor visibilidade das mulheres, não

porque sejam numericamente menos presentes, mas porque são pouco notadas mesmo quando estão presentes nos carros de som ou ao redor deles.

Entrevistada C

A entrevistada C é homossexual, branca, não segue uma religião e concluiu o ensino médio. Há vários anos ela é organizadora de Paradas do Orgulho LGBT.

Ela declara que nos últimos anos tem intensificado sua participação na parada exclusivamente lésbica, tendo se afastado da organização das paradas LGBT. Considera que as lésbicas, na parada LGBT, objetivavam dar mais enfoque político do que festivo, pois acha que nos últimos anos as paradas LGBT, especificamente a de Brasília, “[perderam] um pouco o foco político, ficou mais um carnaval mesmo”, por isso elas começaram a organizar a parada da visibilidade lésbica. A seu ver, as mulheres estão fazendo agora o que não conseguiram fazer nas paradas LGBT, que seria “falar mais do que tocar música”, dizendo palavras de ordem para que as pessoas, “ao menos inconsciente, comecem a pensar um pouco mais”.

Para C, a parada lésbica é uma manifestação para dar visibilidade a tudo o que falta às lésbicas, com forte enfoque político, o que fica patente e a diferencia das paradas LGBT, buscando reforçar a identidade homossexual feminina por palavras de ordem como “seja lésbica por um dia”. Há uma crítica à forma festiva como as paradas LGBT são feitas, o que leva a uma visão de oposição da parada lésbica frente à parada LGBT, a partir da questão de gênero.

C afirma que as pessoas, atualmente, somente participam das paradas LGBT enquanto festividades que reúnem “dois milhões de pessoas sem enfoque político, que só vão para a festa”. Além disso, em suas palavras, as lésbicas são “só uma parte” das paradas LGBT, o carro de som das mulheres já foi alvo de ações machistas por parte dos gays: “foi uma luta colocar o carro na parada”, porém observa que, atualmente, esse carro é consolidado, “puxa a parada”.

Quanto à participação do público, ela informa que o público feminino, tanto na parada LGBT quanto na lésbica, é o mesmo, ou seja, mulheres que “estão pela festa, não têm muita consciência”. Entretanto, “quem organiza é que faz a diferença”, na parada lésbica se discutem temas políticos e não se age como na parada LGBT, que tende a apenas exortar as pessoas a expressar sua sexualidade, com frases como “vamos beijar galera”. Há uma oposição a quem vai à “festa” e, novamente, a quem a organiza.

Ela percebe maior presença de pessoas heterossexuais e travestis nas paradas LGBT do que na parada lésbica. No tocante às travestis, a entrevistada destaca a importância do “trabalho de conscientização” de 10 anos de parada LGBT para que não ficassem seminuas, “porque a polícia, como é muito repressora”, pode prendê-las por atentado ao pudor. Além disso, ainda nesse aspecto, a entrevistada C vê uma questão política de que as travestis não precisam se despir para participar das paradas.

Entrevistada D

A entrevistada D é heterossexual, negra de cor preta, não segue uma religião e está cursando o ensino superior. Ela apenas participa de Paradas do Orgulho LGBT.

Para D, questões de gênero são muito presentes nas paradas, a expressão da liberdade feminina é “muito bem-vinda na parada”, independentemente de sua orientação sexual. O carro e os discursos das mulheres, mesmo das heterossexuais, levam todos os presentes a comemorar e a acreditar que é possível ser livre: “dá pra mudar, a gente pode ser feliz”.

D já participou de parada lésbica e constata que ela é bem menor em número de pessoas que as paradas LGBT. Além disso, não identifica diferença alguma de discurso entre a parada lésbica e a LGBT, exceto a percepção de que não há, na parada lésbica, “o movimento político intenso” da parada LGBT, “não só pelo número de pessoas, mas pelo que as pessoas estavam falando ali”. Para D, a discussão política nas paradas lésbicas lhe pareceu vaga, deixando a impressão de que as organizadoras não sabiam com clareza o que dizer da especificidade lésbica, talvez porque estavam começando. Mesmo assim, “deveriam saber, porque o carro lésbico lá da parada gay é muito articulado, é lindo e os discursos são maravilhosos e eles são bem direcionados, eles sabem falar muito bem da especificidade”, mas na parada lésbica não percebeu isso, achou “menos intenso”, como se fosse mais festa do que movimento político, o que considera completamente válido.

O problema, a seu ver, é que a parada lésbica não está bem articulada. A entrevistada, quando relaciona a parada lésbica à LGBT, destaca sua percepção de que o discurso das militantes lésbicas não é amparado por um contexto de maior impacto visual e musical como o da parada LGBT, e que mesmo as falas das militantes nos carros da parada especificamente lésbica não parecem ter a mesma força daquelas feitas na parada LGBT.

Entrevistada E

A entrevistada E é homossexual, branca, espírita e concluiu o ensino médio. Ela apenas participa de Paradas do Orgulho LGBT.

A participação feminina nas paradas, para a entrevistada, “é importantíssima”, pois “se os homens fazem, as mulheres também têm de fazer” a parada, “marcar presença para lutar por nossos direitos”. As lésbicas “têm que ser vistas”.

E considera a Parada do Orgulho LGBT muito organizada, destacando os discursos das lésbicas enquanto marca da participação feminina. Ela não identifica atos de machismo provenientes dos organizadores ou de participantes das paradas LGBT contra as mulheres, e sente falta de pessoas na parada lésbica, o que para ela é imprescindível porque “a gente tem de ser visto para ser lembrado”.

Considerações finais

A natureza exploratória desta pesquisa permite identificar alguns pontos para reflexão e entendimento do modo como as mulheres entrevistadas se mobilizam nas Paradas do Orgulho LGBT, dentre esses pontos destacam-se a diferença de percepção entre organizadoras e participantes quanto à presença lésbica, o discurso de lésbicas e o preconceito contra lésbicas, nas paradas LGBT e nas paradas lésbicas.

Quanto ao caráter carnavalesco das paradas, vale comentar resumidamente que os carnavalescos, diferentemente das minorias ativas discutidas por Moscovici (1981), nas quais identificamos os movimentos sociais LGBT, não necessariamente reclamam revoluções ou mudanças sociais, como o fazem os LGBT durante as paradas.

De forma genérica, supõe-se que as paradas possam ser explicadas pela teoria das minorias ativas (MOSCOVICI, 1981), que focaliza a relação entre os grupos excluídos e a sociedade, segundo a qual o sistema social está em processo de constante mudança devido ao conflito de forças entre os grupos majoritários (conformados) e os minoritários (inovadores), ou seja, os excluídos. Por estarem à margem, os grupos minoritários mantêm maior contato com o “mundo” exterior e, por essa razão, percebem aspectos alternativos da realidade e suas possibilidades, o que não ocorre com os grupos majoritários. Tornam-se potenciais influenciadores na sociedade porque não estão em equilíbrio com ela. O poder das minorias ativas está, pelo lugar que ocupam, em contestar as concepções hegemonicamente condicionadas da sociedade.

Nesse contexto, as questões de gênero se colocam nos relatos das entrevistadas, e nota-se, em primeiro lugar, a existência de uma percepção de desigualdade de gênero, o que reitera o pensamento de Butler (1999) acerca da prevalência das questões de gênero em quaisquer ambientes. A visão masculina privilegiada, apontada por Scott (1995), é então reproduzida, segundo as entrevistadas, nas Paradas do Orgulho LGBT das quais participaram ou organizaram.

As organizadoras e suas parceiras mais próximas tendem a ser mais críticas quanto à atuação da parada LGBT e a perceber a parada lésbica como mais política, impressão que não é partilhada pelas participantes tanto da parada LGBT quanto da parada lésbica. Racionalmente, as participantes não organizadoras preferem a parada LGBT, reconhecendo a sua importância e repercussão junto à sociedade. No entanto, afetivamente, valorizam a parada lésbica como espaço essencial para a expressão de suas demandas próprias dentro do grupo LGBT.

Um fator explicativo para essas diferenças, além da necessidade de as organizadoras buscarem diferenciar sua forma de gerir do modo masculino com que se vê a parada LGBT sendo feita, é o fato de que a parada lésbica ainda é recente, em comparação com a outra, e sua estruturação, ao longo do tempo, provavelmente definirá um perfil que gere maior identificação com as mulheres que dela participam.

Remontando ao entendimento de Gohn (1991) sobre os novos movimentos sociais, podemos entender que as falas das entrevistadas advêm de um grupo social que busca se articular independentemente das estruturas preestabelecidas, visto estar marcada a sua diferença na sociedade e dentro do grupo LGBT, enquanto mulheres em um movimento predominantemente liderado por homens, e ser percebida uma diferenciação no seu tratamento frente ao de outros, dado participarem das paradas LGBT, mas não se sentirem reconhecidas como lideranças efetivas nesses eventos. Desejam, essas mulheres, ocupar territórios diversos do que hoje ocupam marginalmente nas Paradas do Orgulho LGBT frente ao poder dos homens homossexuais. Elias e Scotson (2000) podem ser boas referências teóricas para se compreender que mesmo esse espaço ocupado por mulheres, na parada LGBT, pode ser visto por elas como estigmatizado, por não ser o mais importante.

Então retomamos o pensamento de Moscovici (1981) e entendemos o discurso das entrevistadas de que as paradas lésbicas – dado o conflito de forças que elas evidenciam entre um grupo majoritário (homens) e um minoritário (mulheres) – podem ser espaços marginais, porém de influência

sobre a parada LGBT. As mulheres, embora tenham presença numérica significativa, representam uma minoria política que, dentro de outra minoria, busca visibilidade, reconhecimento e poder político, revertendo o quadro de discriminação por elas percebido no contexto do movimento LGBT, expressa nas manifestações em forma de paradas.

Quanto à questão básica que permeia este trabalho, pôde-se notar no discurso das entrevistadas que a participação feminina tem se diversificado e se destacado nas Paradas do Orgulho LGBT, tendo como um de seus frutos é a parada lésbica, um novo caminho para afirmação e valorização de diferenças, o qual, do ponto de vista das mulheres lésbicas que fazem a parada LGBT e a parada lésbica, não foi dado pelos organizadores, mas construído por elas mesmas, o que poderia ser investigado mais aprofundadamente, e com um número maior de entrevistadas, em uma pesquisa futura, com vistas à possibilidade de realizar maiores generalizações que a presente pesquisa não permite.

Referências

- ABRIC, Jean-Claude. *Prácticas sociales y representaciones*. Ciudad de Mexico: Coyacán, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto da obra de François Rabelais*. Brasília: Editora da UnB, 1987.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova Iorque; Londres: Routledge, 1999.
- COMPARATO, Bruno. A ação política do MST. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- DA MATTA, Roberto. *Ensaio de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FACCHINI, Regina. Mulheres, diversidade sexual, saúde e visibilidade social. In: RIOS, Luis et al. (Org.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2004. p. 34-43.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora; VENTURI, Gustavo. *Sexualidade, cidadania e homofobia: pesquisa 10ª parada do orgulho LGBT de São Paulo, 2006*. São Paulo: APOLGBT, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GALINKIN, Ana Lúcia. Estigma, território e organização social. *Espaço & Geografia*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 149-176, 2003.
- GHIÒ, Elsa; FERNÁNDEZ, María Delia. *Manual de lingüística sistémico funcional: el enfoque de M. A. K. Halliday & R. Hasan – aplicaciones a la lengua española*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 2005.
- GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 244-270.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GREEN, James. *Além do carnaval: homossexualidade masculina no Brasil do Século XX*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- JESUS, Jaques Gomes de. Violência e assassinato de homossexuais e transgêneros no Distrito Federal e entorno. In: MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo (Org.). *Matei porque odeio gay*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003. p. 230-250.
- MEY, Jacob. *As vozes da sociedade*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- MOSCOVICI, Serge. *Psicologia de las minorias activas*. Madrid: Morata, 1981.
- MOTT, Luiz. *Epidemic of hate: violation of human rights of gay men, lesbians and transvestites in Brazil*. San Francisco: IGLRHC, 1996.
- MOTT, Luiz. *Homossexuais da Bahia: dicionário biográfico*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.
- MOTT, Luiz. *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil: 1999*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.
- MOTT, Luiz. *Causa mortis: homofobia*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PEREIRA, Carlos. O impacto da AIDS, a afirmação da “cultura gay” e a emergência do debate em torno do “masculino”: fim da homossexualidade? In: RIOS, Luis et al. (Org.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2004. p. 52-62.
- RAMOS, Silvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miriam et al. (Org.). *Movimentos sociais: educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 31-44.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SCHIFFRIN, Deborah. *Approaches to discourse*. Oxford: Blackwell, 1994.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.
- STREY, Marlene. Gênero. In: JACQUES, Maria da Graça et al. (Org.). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 181-198.
- SUROWIECKI, James. *The wisdom of crowds*. New York: Doubleday, 2004.
- TREVISAN, João. A parada do amor continua. In: COSTAS NETTO, Fernando; FRANÇA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina (Org.). *Parada: 10 anos do orgulho LGBT em SP*. São Paulo: Produtiva, 2006. p. 14-15.
- TSIBODOWAPRÉ, Mirian. *Natyseño: trajetória, luta e conquista das mulheres indígenas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.